

livros



O olhar decolonial sobre a América Latina

Marta F. Topel

After the decolonial: ethnicity, gender and social justice in Latin America,
de David Lehmann, Cambridge, Polity Press, 2022, 252 p.



A recente publicação de *After the decolonial: ethnicity, gender and social justice in Latin America* (Polity Press, 2022), de autoria de David Lehmann, é um convite para aprofundar a discussão de temáticas importantes e urgentes do contexto latino-americano contemporâneo, além de abrir as portas para um diálogo crítico com os teóricos do decolonialismo.

O livro está organizado ao redor de quatro grandes eixos correspondentes a quatro capítulos, intitulados: “The Latin American decolonial”, “Indigeneity, gender and law”, “Religion and culture: Popular, indigenous and hegemonic”, e “From popular culture to the cultures of the people: evangelical christianity as a challenge to the decolonial”. As conclusões, que têm como título “Democratizing democracy”, revelam o anseio do autor em propor uma releitura alternativa da reali-

dade latino-americana, segundo a qual, até os grupos que têm uma visão de mundo ancorada em particularismos, a exemplo dos negros, indígenas e mulheres, no final das contas têm articulado propostas com base em valores universalistas.

Poder-se-ia aventar a hipótese de que a América Latina não constitui um universo de pesquisa, dada a heterogeneidade que a caracteriza, com países com diversos sistemas de governo, problemáticas singulares em relação a suas minorias autóctones, níveis de riqueza e educação diferentes e mecanismos culturais próprios para resolver conflitos, além de políticas de identidade díspares. Entretanto, me aventuro a afirmar que um dos pontos fortes do livro é justamente a abordagem de realidades tão diversas sem perder a profundidade da análise, destacando o que há de mais singular em

MARTA F. TOPEL é antropóloga e professora do Centro de Estudos Judaicos da USP.

cada sociedade, ao mesmo tempo em que permite ao leitor reconhecer tendências e o que assemelha e diferencia umas das outras. O fato de o Brasil, o “tigre do Sul”, constar numa obra sobre a América Latina também deve ser considerado uma contribuição original, numa academia que, por diversas razões, costuma excluir o Brasil de antologias sobre América Latina, nas quais são estudados diferentes casos da América Hispânica, como se o Brasil fosse uma entidade separada dos outros Estados da região por muito mais do que a língua.

O primeiro capítulo do livro, “The Latin America decolonial”, traz uma crítica sistemática a três grandes figuras do decolonialismo: Boaventura de Souza Santos, Walter D. Mignolo e Nelson Maldonado-Torres. As críticas, na verdade, porque são várias, se desdobram em diferentes dimensões. A primeira delas aponta à trivialização do que há de universal na luta a favor dos direitos humanos e da igualdade de gênero, por um lado, e na ciência, por outro (esta última concebida como um empreendimento exclusivamente europeu). A construção de oposições binárias putativas entre os europeus e aquilo que é europeu, e os indígenas e suas culturas, ocupa uma parte considerável da crítica de Lehmann aos teóricos do decolonialismo.

Uma das dimensões em que se reflete a trivialização referida são as múltiplas evidências do apoio dos indígenas à ciência moderna. As campanhas de organizações indígenas do Amazonas e dos Andes para conscientizar a população maior sobre as mudanças climáticas e a reivindicação de vacinas durante a pandemia da covid-19 são só dois exemplos do equívoco em

abordar a realidade latino-americana a partir de binarismos. No campo cultural ocorrem fenômenos similares, e empréstimos culturais recíprocos fazem parte do cotidiano dos atores sociais dos grupos dominantes e dos mais vulneráveis.

Lehmann resiste em enxergar a América Latina como uma realidade composta de sociedades nas quais as fronteiras entre as unidades étnicas são rígidas, o que supostamente lhes teria permitido conservar seu repertório sociocultural petrificado ao longo dos séculos; contrariamente, para o autor, “o tema dominante é a porosidade das fronteiras”.

Para ilustrar seus pontos de vista, Lehmann compartilha com o leitor dados obtidos do Chile, Bolívia, México, Brasil, Equador e Colômbia coletados em diferentes trabalhos de campo realizados nesses países. Assim, estamos diante de uma obra que, através de extensas e abrangentes descrições etnográficas, questiona o modo de olhar decolonialista sobre o continente. Além do mais, e este é um argumento relevante e recorrente ao longo do livro: por estarem permeados por valores universalistas, os movimentos negro, indígena e feminista têm contribuído à democratização das sociedades nas quais atuam.

Mas a crítica aos teóricos decolonialistas vai além e Lehmann escolhe um caminho árduo ao fazer uma outra leitura de três autores que, de algum modo ou de outro, têm inspirado Boaventura de Souza Santos, Walter D. Mignolo e Nelson Maldonado-Torres. Trata-se de Edward Said, Frantz Fanon e Emmanuel Lévinas. Em relação ao primeiro, Lehmann assinala sua aversão pela procura da autenticidade e pela defesa de um naciona-

lismo que pressupõe que as experiências de chineses, judeus, alemães, iranianos ou africanos constituem um todo integral e coerente, só decifrável por chineses, judeus, alemães, iranianos e africanos. Outra diferença importante entre os expoentes do decolonialismo e Said são os ataques deste último ao pós-modernismo e ao desconstrucionismo, ambos progenitores de autores como Walter Mignolo. Além do mais, Lehmann vê em Said um liberal.

No que diz respeito a Frantz Fanon, Lehmann nos lembra sua hostilidade à racialização da sociedade e à concepção dos vínculos raciais como base de políticas de solidariedade. Segundo o antropólogo britânico, o anticolonialismo de Fanon tinha como *desideratum* a construção de nações de cidadãos iguais.

Sobre a apropriação de Lévinas por alguns autores do decolonialismo – sejam filósofos, a exemplo de Dussel, ou sociólogos, a exemplo de Maldonado-Torres –, a crítica se centra na politização de seu pensamento na tentativa de transformar o *eu* e o *outro* do pensamento do filósofo judeu-francês nos grupos dominantes e excluídos do mundo.

O segundo capítulo, “Indigeneity, gender and law”, versa sobre gênero e traz dados interessantíssimos sobre as líderes de grupos de feministas autônomas, entre as quais encontramos mulheres de vários países, como Bolívia, México e Chile. Suas lutas e seu arcabouço teórico são analisados por David Lehmann em profundidade e em detalhe e, contrariamente à sua crítica aos autores decolonialistas que por momentos se mostra impiedosa, com as feministas o olhar é empático e, poder-se-ia afirmar, de aberta admiração.

Na medida em que o autor avança na análise, fica mais claro que a interseccionalidade constitui um instrumento fecundo – e necessário – para estudar a realidade latino-americana, salientando a interação entre raça ou etnia e outras variáveis em lugar de colocar o foco exclusivamente na raça.

Nas primeiras páginas do terceiro capítulo, “Religion and culture: popular, indigenous and hegemonic”, encontramos a seguinte asseveração: “A *decolonial perspective has little to say about the religious mestizaje which is a pervasive feature of the cultures of Mexico, Central America and the Andes. Nor does it account for the equally pervasive, and creative, tension between popular and erudite (Catholic) religion, sometimes beholden to established authority, sometimes in rebellion against it*” (p. 124). Nessa compreensão da realidade, Lehmann se aproxima da análise de García Canclini sobre a relação entre a cultura erudita e a cultura popular.

O objeto do quarto e último capítulo, “From popular culture to the cultures of the people: evangelical christianity as a challenge to the decolonial”, é, como seu nome sugere, uma incursão no neopentecostalismo latino-americano¹ e a incapacidade do decolonialismo para dar conta de sua expansão e enraizamento nas sociedades estudadas. Após uma análise rigorosa

¹ Os fundamentalismos religiosos e o neopentecostalismo no contexto latino-americano, com importante pesquisa do caso brasileiro, foram alvo da indagação do autor (cf. D. Lehmann, *Struggle for the spirit: popular culture and religious transformation in Brazil and Latin America* (Cambridge, Polity Press, 1996).

das diferentes igrejas, entre as quais tem destaque a Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), Lehmann identifica as causas dessa incompetência no fato de o neopentecostalismo ter se estabelecido na dimensão da cultura, campo que os teóricos do decolonialismo veem como o coração das injustiças sofridas no continente. Não menos importante é um outro fato: de modo paradoxal, as classes e as etnias mobilizadas pelas igrejas são as que deveriam engajar-se na luta anticolonialista.

Nas conclusões, intituladas “Democratizing democracy”, David Lehmann retoma alguns temas longamente percorridos ao longo do livro, salientando que a realidade apresentada pelos teóricos do

decolonialismo se baseia em dicotomias e binarismos equivocados, nos quais não há espaço para a mestiçagem e o hibridismo tão presentes na cultura e sociedade latino-americanas, seja entre etnias e raças, seja entre culturas.

Com um tratamento rigoroso dos dados históricos e etnográficos compartilhados com o leitor, David Lehmann constrói um texto afiado, matizado por não poucas ironias, fato que talvez desperte certo mal-estar e críticas. Seja como for, o livro configura-se como uma obra fundamental sobre o olhar decolonial a respeito da América Latina, abrindo o debate para outros olhares num processo que permita melhor compreender a complexidade da região.

